

# LEGISLAÇÃO NACIONAL NO DOMÍNIO DO AMBIENTE

# Principais diplomas legais em 2025

#### **GENERALIDADES**

- Aviso n.º 3072/2025/2, 2ª Série, de 3 de fevereiro Lista das Organizações não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e equiparadas com a inscrição ativa no Registo Nacional até 31 de dezembro de 2024.
  - Declaração de Retificação n.º 193/2025/2, 2ª Série, de 21 de fevereiro.
- Despacho n.º 3495-C/2025, Suplemento, 2ª Série, de 19 de março, do Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia Aprova o orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2025.
  - Alterado pelo Despacho n.º 5401/2025, 2ª Série, de 12 de maio.
- Lei n.º 53-A/2025, Suplemento, de 9 de abril Alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro, que altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.
- Despacho n.º 5401/2025, 2ª Série, de 12 de maio, do Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia Aprova o orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2025.
- Portaria n.º 248-A/2025/1, Suplemento, de 31 de maio Aprova os Estatutos da Agência para o Clima, I. P.
- Despacho n.º 6154-C/2025, Suplemento, 2ª Série, de 30 de maio Declara a extinção da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente.

### ÁGUA

- Portaria n.º 33/2025/1, de 7 de fevereiro Aprova a fixação do perímetro de proteção da água mineral natural a que corresponde o número de cadastro HM-06 e a denominação «Caldas de Monchique» e revoga a Portaria n.º 238/2015, de 12 de agosto.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2025, de 17 de fevereiro Classifica o Aproveitamento Hidroagrícola de Alqueva como obra de interesse nacional do grupo I, nos termos do Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho.
- Decreto-Lei n.º 15-A/2025, Suplemento, de 17 de março Altera o Decreto-Lei n.º 62/2022, de 26 de setembro, que constituiu o Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato.
- Portaria n.º 188/2025/1, de 15 de abril Estabelece o conteúdo dos planos de gestão de região hidrográfica (PGRH) e revoga a Portaria n.º 1284/2009, de 19 de outubro.
- Portaria n.º 189/2025/1, de 15 de abril Procede à prorrogação do prazo previsto no artigo 1.º da Portaria n.º 164/2023, de 16 de junho, até 31 de dezembro de 2025.
- Despacho n.º 5073/2025, 2ª Série, de 30 de abril Determinar à Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., que assegure a revisão dos planos de gestão de região hidrográfica referentes ao 3.º ciclo de planeamento da Diretiva Quadro da Água.
- Portaria n.º 205-A/2025/1, Suplemento, 2ª Série, de 30 de abril Procede, para o ano de 2025, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação como praia de banhos, onde é assegurada a presença de nadadores-salvadores.
- Despacho n.º 5677/2025, 2ª Série, de 20 de maio, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente Prorroga o prazo de elaboração do Programa Especial das Albufeiras do Baixo Sabor escalão de montante e escalão de jusante, incluindo a correspondente avaliação ambiental, por um período de 15 meses.
- **Despacho n.º 5678/2025**, 2ª Série, de 20 de maio, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente Prorroga o prazo de elaboração do Programa Especial da Albufeira de Crestuma-Lever (PEACL), incluindo a correspondente avaliação ambiental, por um período de 15 meses.
- **Portaria n.º 244/2025/1**, de 29 de maio Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação designada por Piçarras, destinada ao abastecimento público, no concelho de Castro Verde.



- **-Decreto-Lei n.º 82/2025**, de 3 de junho Procede ao alargamento do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto e altera o Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro.
- Portaria n.º 251/2025/1, de 3 de junho Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea do polo de captação da Candieira, no concelho de Redondo.
- **Portaria n.º 252/2025/1**, de 3 de junho Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação designada porFuro do Guerreiro, destinada ao abastecimento público, no concelho de Castro Verde.
- **Portaria n.º 253/2025/1**, de 3 de junho Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação designada por Furo do Salto, destinada ao abastecimento público, no concelho de Castro Verde.
- Despacho n.º 6314/2025, 2ª Série, de 4 de junho, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente Prorroga o prazo de elaboração do Programa Especial da Albufeira de Castelo do Bode, incluindo a correspondente avaliação ambiental, por um período de 18 meses.
- Despacho n.º 6315/2025, 2ª Série, de 4 de junho, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente Prorroga o prazo de elaboração do Programa Especial das Albufeiras da Régua e Carrapatelo, incluindo a correspondente avaliação ambiental, por um período de 15 meses.
- **Portaria n.º 255/2025/1**, de 9 de junho Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação designada por F25-Vale de Água, localizada na freguesia de Relíquias, concelho de Odemira.
- Portaria n.º 256/2025/1, de 9 de junho Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação designada por F58-Portela da Fonte Santa, localizada na freguesia de Sabóia, concelho de Odemira.
- **Portaria n.º 257/2025/1**, de 9 de junho -Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação designada por F60-JFF15 Cortes Pereiras, localizada na freguesia de Santa Clara-a-Velha, concelho de Odemira.
- Portaria n.º 258/2025/1, de 9 de junho Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação designada por F27-Pereiro Grande, localizada na freguesia de Relíquias, concelho de Odemira.
- **Portaria n.º 259/2025/1**, de 9 de junho Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação designada por Alcaria do Coelho, destinada ao abastecimento público, no concelho de Castro Verde.

#### AR

- Despacho n.º 1604/2025, 2ª Série, de 4 de fevereiro, do Gabinete do Ministro da Economia, Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia e Gabinete do Ministro da Agricultura e Pescas Constituição do Grupo de Acompanhamento e Coordenação do Plano de Ação para o Biometano 2024-2040 (GAC-PAB).
- Resolução da Assembleia da República n.º 127/2025, de 10 de abril Atualização do Plano Nacional de Energia e Clima 2030.
- Decreto-Lei n.º 74/2025, de 7 de maio Altera o Decreto-Lei n.º 84/2018, de 23 de outubro, **transpondo** a Diretiva Delegada (UE) 2024/299, no respeitante à metodologia para a comunicação das emissões projetadas de certos poluentes atmosféricos.

### **IMPACTE AMBIENTAL**

- Resolução da Assembleia da República n.º 108/2025, de 1 de abril Recomenda ao Governo a rápida constituição e operacionalização das comissões de acompanhamento para os projetos de exploração de lítio na Mina do Barroso e na Mina do Romano.
- Resolução da Assembleia da República n.º 120/2025, de 1 de abril Recomenda ao Governo a realização de avaliação de impacte ambiental à expansão do aeródromo municipal de Cascais.

# LITORAL

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2025, de 5 de fevereiro Delega na Ministra do Ambiente e Energia a competência para homologação das propostas de delimitação do domínio público hídrico.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2025, de 7 de fevereiro Aprova o Plano de Afetação para as Energias Renováveis Offshore.

Declaração de Retificação n.º 18-C/2025/1, Suplemento de 8 de abril.



- Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2025, de 6 de março Autoriza a realização de despesa com a empreitada de alimentação artificial das praias da Costa da Caparica e de São João da Caparica.
- Despacho n.º 3406-A/2025, Suplemento, 2ª Série, de 17 de março, do Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia Cria um grupo de trabalho com a missão de, numa perspetiva de articulação, harmonização e corresponsabilização, refletir sobre as ilhas barreira.

Declaração de Retificação n.º 368/2025/2, de 10 de abril.

### **RESÍDUOS**

- Despacho n.º 185/2025, 2ª Série, de 6 de janeiro, da Ministra do Ambiente e Energia Estabelece o calendário e procedimentos a observar na apreciação do plano de investimentos e contas reguladas previsionais do período regulatório de 2025-2027 das entidades gestoras de sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos que sejam entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados.
- Decreto-Lei n.º 81/2025, de 22 de maio Altera o Regime Geral da Gestão de Resíduos, completando a transposição da Diretiva (UE) 2018/851.
- Despacho n.º 5993/2025, 2ª Série, de 28 de maio, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente e Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura Estabelece os critérios para a atribuição do Fim do Estatuto de Resíduo (FER) para as matérias fertilizantes que cumpram as especificações previstas na Portaria n.º 79/2022, de 3 de fevereiro, e no Regulamento (UE) n.º 142/2011 da Comissão, de 25 de fevereiro.

### RUÍDO

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2025, de 18 de março - Cria o Programa Menos Ruído e mandata a Autoridade Nacional da Aviação Civil a implementar medidas de mitigação do ruído gerado por voos noturnos no Aeroporto Humberto Delgado.

## PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE

- Despacho n.º 588/2025, 2ª Série, de 13 de janeiro, do Gabinete do Secretário de Estado do Trabalho e Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente Designa a APSEI Associação Portuguesa de Segurança como organismo de avaliação e certificação no âmbito do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro.
- Decreto-Lei n.º 72/2025, de 6 de maio Completa a transposição da Diretiva (UE) 2022/431, relativa à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho e altera o Decreto-Lei n.º 301/2000, de 18 de novembro.

### PARQUES, RESERVAS E ÁREAS PROTEGIDAS

- Decreto-Lei n.º 4/2025, de 6 de janeiro Conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação de São Mamede.
- Decreto-Lei n.º 28/2025, de 20 de março Conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação do Alvão/Marão.
- Decreto-Lei n.º 29/2025, de 20 de março Conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação da Arrábida/Espichel.
- Decreto-Lei n.º 30/2025, de 20 de março Conclui o processo de designação da zona especial de conservação de Nisa/Laje da Prata.
- Decreto-Lei n.º 31/2025, de 20 de março Conclui o processo de designação da zona especial de conservação Montesinho/Nogueira.
- Decreto-Lei n.º 32/2025, de 20 de março Conclui o processo de designação da zona especial de conservação Morais.
- Portaria n.º 128-B/2025/1, Suplemento, de 24 de março Aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) São Mamede.
- Portaria n.º 135/2025/1, de 28 de março Aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Alvão/Marão.
- Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março Aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Morais.



- Portaria n.º 137/2025/1, de 28 de março Aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Nisa/Lage da Prata
- Portaria n.º 140/2025/1, de 31 de março Aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Montesinho/Nogueira.
- Portaria n.º 141/2025/1, de 31 de março Aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Arrábida/Espichel.
- Decreto-Lei n.º 73/2025, de 6 de maio Conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação de Valongo.
- Decreto-Lei n.º 75/2025, de 7 de maio Conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação de Cabrela.
- Decreto-Lei n.º 76/2025, de 7 de maio Conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação da Peneda/Gerês.
- Portaria n.º 223/2025/1, de 16 de maio Aprova o Plano de Gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Valongo.
- Portaria n.º 224/2025/1, de 16 de maio Aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Cabrela.
- **Portaria n.º 225/2025/1**, de 16 de maio Aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Peneda/Gerês.

#### **FAUNA E FLORA**

- Decreto-Lei n.º 64/2025, de 10 de abril - Altera o Decreto-Lei n.º 54/2016, de 25 de agosto, que desenvolveu os princípios da proteção e conservação do lobo-ibérico consagrados na Lei n.º 90/88, de 13 de agosto.

#### **ECONOMIA E ENERGIA**

- Declaração de Retificação n.º 6/2025/1, de 24 de janeiro Retifica o Decreto-Lei n.º 99/2024, de 3 de dezembro, que altera o quadro regulatório aplicável às energias renováveis.
- Declaração de Retificação n.º 7/2025/1, de 24 de janeiro Retifica o Decreto-Lei n.º 122/2024, de 31 de dezembro, que cria a Agência para o Clima, I. P.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2025, de 7 de fevereiro Aprova o Plano de Afetação para as Energias Renováveis Offshore.

Declaração de Retificação n.º 18-C/2025/1, Suplemento, de 8 de abril.

**Decreto-Lei n.º 11/2025**, de 19 de fevereiro - **Transpõe** parcialmente a Diretiva (UE) 2024/1275, relativa ao desempenho energético dos edifícios, e altera o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro.

- Portaria n.º 96/2025/1, de 12 de março - Aprova e define os requisitos da ZLT — zona livre tecnológica de energias renováveis de origem ou localização oceânica, ao largo de Viana do Castelo.

Atualizada em 27-6-2025